

CARTA ABERTA

dirigida aos candidatos e candidatas às ELEIÇÕES

MUNICIPAIS 2024

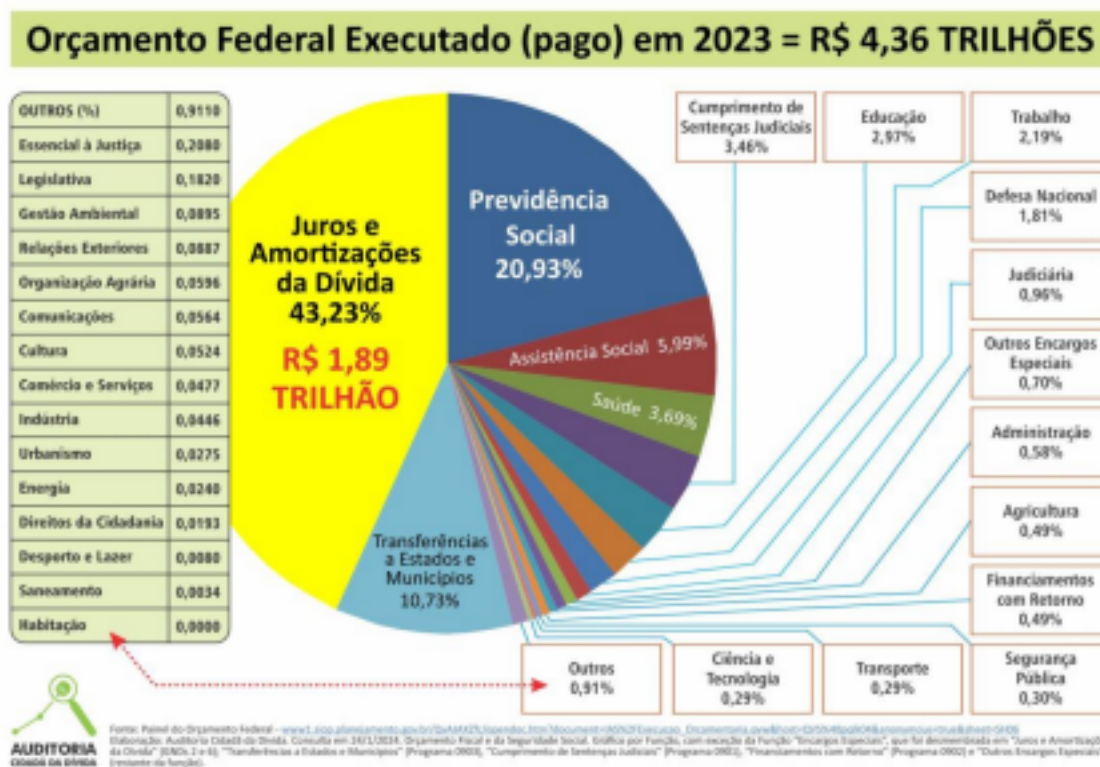
Caro(a) Candidato(a) às eleições municipais 2024,

A AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA é uma associação sem fins lucrativos, que visa principalmente o cumprimento da Constituição Federal (Art.26 do ADCT) e a realização da auditoria da dívida pública brasileira - interna e externa, federal, estaduais e municipais – com ampla participação social. Nossos trabalhos podem ser acessados na página <www.auditoriacidadada.org.br>.

Estamos próximos às **Eleições-2024**, quando serão escolhidos(as) prefeitos(as) e vereadores(as).

Os municípios brasileiros possuem diversas responsabilidades (saúde, educação, dentre outras) e sofrem com problemas tais como o desemprego, déficit habitacional, pessoas em situação de rua, falta de segurança, transporte, e dependem de mais recursos para enfrentar esta situação. Além do mais, em muitos casos, mesmo com o aumento da atividade econômica, a arrecadação municipal não acompanha esse crescimento, devido a desonerações, incentivos fiscais e privatizações. Milhares de municípios possuem grande dependência dos recursos provenientes das transferências da União, devido à estrutura tributária brasileira, concentrada na esfera federal.

E quando olhamos para o orçamento federal, verificamos que ele tem destinado cerca de 40% dos recursos para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, percentual esse cerca de 4 vezes superior às transferências realizadas para todos os estados e municípios, conforme mostra o gráfico abaixo.



Em 2023, a soma de todos os valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM, repassado pela União a todos os municípios brasileiros) foi de R\$ 151 bilhões, ou seja, um valor 12 vezes menor que os gastos com juros e amortizações da dívida pública federal.

Ressaltamos que a dívida pública federal interna ultrapassou R\$ 9 trilhões em 2024. É preciso lembrar que no período de 1995 a 2015, período em que produzimos R\$ 1 trilhão de superávit primário, essa dívida explodiu - crescendo de R\$ 86 bilhões para R\$ 4 TRILHÕES - em decorrência dos juros abusivos e demais mecanismos financeiros do Sistema da Dívida <<https://bit.ly/3cJlmwq>> que só favorecem o setor financeiro. Até 2015, a sobra de recursos (Superávit Primário) superou R\$ 1 TRILHÃO, o que prova que a explosão dessa dívida não decorreu da falsa alegação de excesso de gastos sociais, como dizem os sucessivos governos para justificar a aprovação de contrarreformas que retiram direitos da população.

Por isso, a AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA preparou esta **Carta Aberta**, para que todos os candidatos e candidatas, de todos os partidos políticos, possam manifestar a sua opinião sobre o tema da dívida pública, conforme questões colocadas a seguir.

Informamos que os resultados serão compilados e poderão (cumpridas as exigências da legislação eleitoral) ser divulgados pela Auditoria Cidadã da Dívida em suas redes sociais antes das eleições.

Cada candidato(a) poderá responder SIM ou NÃO, acrescentando ao final o seu nome, partido, município e o cargo eletivo ao qual concorre:

1 - Você é a favor da realização da auditoria da dívida pública, conforme previsto na Constituição Federal, e com participação social? SIM NÃO

2 - Você se compromete a levar este tema às entidades representativas dos municípios (Confederação Nacional dos Municípios, Frente Nacional dos Prefeitos, União dos Vereadores do Brasil, dentre outras), para que pressionem o governo federal a realizar a auditoria da dívida com participação social? SIM NÃO

3 – Caso eleito(a), você encaminhará à Câmara Municipal projeto para a realização da auditoria da dívida de seu município, com participação da sociedade? SIM NÃO

4 - Caso eleito(a), você encaminhará à Câmara Municipal projeto de lei para impedir a implementação da perversa engenharia financeira da “Securitização de Créditos” (prevista na Lei Complementar 208/2024), a qual gera dívida pública de maneira ilegal e disfarçada e permite o sequestro de recursos públicos durante o seu percurso pela rede bancária, para serem destinados diretamente a investidores privilegiados, sem passar pelo orçamento público? SIM NÃO

5 - Caso eleito(a), você envidará esforços pela revogação do Arcabouço Fiscal (Lei Complementar 208/2023), que limita a apenas 2,5% o crescimento real anual dos gastos públicos federais primários (os quais compreendem os gastos sociais e com a manutenção da estrutura do Estado), prejudicando os investimentos sociais em saúde e educação, que são obrigações do Município? SIM NÃO

6 – Você se compromete a inserir a defesa dos pontos acima em seu programa oficial de governo e/ou plataforma de campanha? SIM NÃO

Atenciosamente,

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

DADOS DO(A) CANDIDATO(A):

Nome: Lenilda Luna

Partido: Unidade Popular

Município/Estado: Maceió - AL

Cargo eletivo ao qual concorre: Prefeita

